



RESENHA

MÉLENCHON, Jean-Luc. *L'Ère du Peuple*. Paris: Pluriel, 2017.

156p.

FERNANDA FERREIRA¹

ERINALDO CARMO²

Jean-Luc Mélenchon é um influente político francês. Nascido em Marrocos, historicamente esteve ligado ao Partido Socialista francês, até 2015, quando então fundou o Partido de Esquerda (PG - Parti de gauche), e por este concorreu à presidência da república pela segunda vez, ficando na quarta posição na preferência dos eleitores franceses, com 19,5% dos votos.

O debate central do livro envolve a expectativa do autor pelas transformações na história das sociedades e em suas ações políticas, impulsionadas basicamente pelo crescimento populacional e pela questão ambiental. Esses são os dois eixos principais que convergem para uma mudança política nas sociedades globais. Nesse sentido, Jean-Luc Mélenchon reforça em sua obra, *A Era do Povo*, a ideia, já bastante tratada por outros autores, de que o crescente contingente populacional e a necessidade cada vez maior de recursos naturais para atender as elevadas demandas produzirão mudanças significativas de produção e consumo. Essas mudanças produzirão efeitos maiores primeiramente nos países mais ricos, porque os estados suficientemente desenvolvidos dispõem dos meios técnicos e humanos necessários para a transformação e consumação de uma nova relação político-social na produção de bens de consumo e na preservação ambiental, frente à crescente demanda por recursos oriunda da rápida explosão demográfica: “Entre o nascimento de minha avó e o nascimento de minha neta, o número de seres humanos foi multiplicado por seis” (p. 15. Tradução livre).

De acordo com J-L Mélenchon, a história da humanidade está diretamente vinculada ao seu número de habitantes, ou seja, é o número de humanos que dita o ritmo da história. Ele observa que cada vez que dobra a população mundial, ocorre uma mudança radical na condição humana. Foi assim desde a passagem da coleta para a agricultura e na mudança da pedra para o metal. Os recursos naturais, antes em abundância, agora encontram-se em

¹ Graduanda do curso de Direito (UFPB). Email: ferreirafernanda95@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela UFPE, Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFPE, Coordenador do Mestrado em Políticas Públicas da UFPE. Email: erinaldocarmo@gmail.com

escassez, graças à atual explosão do número de seres humanos, que em menos de um século produziu uma pressão sobre o ecossistema e sobre as relações de força entre os grupos humanos, como nunca foi registrado em épocas passadas.

Segundo Mélenchon, mudar o olhar sobre o mundo começa com a aceitação de que a pulsação do número de humanos é o sujeito da história. A reunificação da Alemanha, em 1990, por exemplo, transformou esse país quando lhe garantiu a maior população do continente. Por isso, o autor calcula que muito em breve, de forma semelhante, a França também passará por essa transformação, quando se tornar o país mais habitado da Europa. Isso fatalmente ocorrerá porque enquanto a demografia alemã está em declínio, a francesa apresenta uma ascendência. A população alemã é mais velha, enquanto a francesa é mais jovem. Por isso, a cada ano chega ao mercado de trabalho cerca de 750 mil jovens na França e 280 mil na Alemanha. Assim, enquanto um país vai se tornando dependente de uma população sênior, que é menos produtiva e mais necessitada de investimentos públicos futuros, o outro, com uma população mais jovem, vai tendo uma maior necessidade de investimentos imediatos, mas vai se beneficiar com sua força de trabalho por um longo prazo. Compreende-se logo que são duas lógicas econômicas diferentes e que ambas estão diretamente relacionadas ao tamanho e à faixa etária da população de cada país.

O recente deslocamento massivo de refugiados tem contribuído para o crescimento populacional europeu, provocando o desequilíbrio social e político dos estados afetados. Torna-se desnecessário explicar aqui o impacto político das migrações humanas, pois isso está visível no recente abalo sofrido pela Europa diante de uma gigantesca onda de refugiados de guerra. Essas migrações provocadas por conflitos são desorganizadoras dos planejamentos governamentais, pois ignoram as fronteiras e as alianças estratégicas dos estados. Igualmente desorganizadoras são as migrações derivadas das mudanças climáticas. E o impacto dessas só está começando.

No que diz respeito às questões do ecossistema planetário, o autor faz uma associação entre o crescimento populacional e a destruição ambiental, fenômenos que convergem para um mesmo fim: a cada ano, a atividade humana consome mais recursos naturais do que o planeta consegue repor no mesmo período, e a cada ano nós produzimos mais dejetos do que o nosso ecossistema consegue absorver. Por isso, o autor propõe a criação de uma 'regra verde' como uma nova forma mundial de produção e consumo. A 'regra verde' é, para ele, o que nos conduz a assumir nossa responsabilidade diante da humanidade inteira; é a supressão da dívida ecológica gerada pelo capitalismo e pelo produtivismo; é uma forma de ecologia moralizante, que torna os indivíduos corresponsáveis pelos problemas colocados. Dessa forma, a ecologia é

tomada como um tema essencialmente coletivo, uma questão republicana, pois na república ninguém deve defender o que é melhor para si, e sim o que é melhor para todos.

O autor pondera que o modelo capitalista impõe ao mundo um impedimento ao surgimento de uma nova política planetária, baseada na questão ambiental. A partir daí ele questiona se é possível pensar então na existência de um capitalismo verde. Ele entende que para alterar o sistema de produção e implantar o respeito à 'regra verde' é necessário um alto investimento imediato, mas essa medida reduziria os dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Por isso a aplicação dessa regra em uma escala local provocaria a fuga de capital para outros estados. Assim, a inversão da política e do sistema de produção só faz sentido se ocorrer em uma escala global. Porém, ele reconhece que esse é um exercício muito difícil. Sobre essa questão da mudança de produção e de consumo, do atual modelo capitalista para um formato fundado na proteção ambiental, o autor não apresenta um rito de passagem, e portanto não esclarece como e quando se daria tal transformação do atual modelo político e produtivo capitalista para a desejada 'eco-república'. Ele não externa se essa mudança ocorreria de forma gradativa ou abrupta, mas apenas indica a necessidade de preparar a França para essa mudança e instiga que deva existir um certo controle do estado sobre o capital, mas sem referência ao comunismo. Quando lembra que a massa de dólares em circulação no mundo é muito superior à produção material, ele alerta para a fragilidade do sistema financeiro e para o risco constante da economia globalizada, observando, ainda, que menos de 1% das empresas do mundo controlam 80% das riquezas globais. São sociedades financeiras que possuem mais capital que alguns estados, representando um poder acima da capacidade de gestão de muitos governos.

Essa é a nova oligarquia mundial, segundo o autor, constituída por concentradores de capital e de poder de decisão econômica acima dos estados. Essas grandes corporações financeiras caminham, inclusive, para o abandono das legislações nacionais na resolução dos seus litígios, recorrendo a tribunais de arbitragem estritamente privados, com uma justiça privada que anula os mecanismos da democracia política. Para Mélenchon, a história em curso é a história da luta dessa nova oligarquia mundial pelo poder absoluto. Entretanto, o autor não deixa claro qual o papel dessa oligarquia na pretendida república ecológica, sabendo-se que ela não seria abolida. Por outro lado, fica explícita a crítica à supremacia política e econômica dos Estados Unidos. Para ele, o surgimento de novas frentes, como os BRICS, reduz o domínio estadunidense e "solta o estrangulamento norte-americano que mantém o mundo pela garganta" (p. 45. Tradução livre).

Diante da realidade imposta, com o vertiginoso crescimento populacional, a devastação ecológica e a fragilidade do sistema financeiro mundial, o autor propõe a criação de uma nova república, fundada nos direitos dos povos e na proteção ambiental. Assim, ele defende que a França deve ter como interesse a afirmação política das instituições universais e uma nova aliança mundial, onde a preocupação primeira e última deve ser com a soberania dos povos e a defesa do seu imprescindível direito de acesso aos recursos naturais que garantem a sua existência. O respeito aos povos, ao meio ambiente e às instituições universais representa a forma concreta de recusa à ocidentalização e à teoria do ‘choque das civilizações’ adotada pelos Estados Unidos. Para o autor, a independência é a condição inicial de sobrevivência da democracia e, nesse sentido, “a França pode contribuir para a formação de uma comunidade internacional que seja diferente de uma associação de violências e de dominação: uma união de povos livres” (p. 53. Tradução livre), sendo o que ele chama de sociedade ‘altermundialista’.

O autor chama a atenção para o fato de que o local ideal para iniciar essas transformações sociais está no meio urbano e lembra que as recentes ebulições sociais ocorridas na América Latina, no Magrebe e na Turquia, em cada caso, teve como início do incêndio social algo aparentemente de pouca importância, mas que logo ganhou força com sua propagação, sinalizando o quanto o meio urbano é propício às revoluções, a exemplo do Brasil, onde, em várias capitais, ocorreram protestos frequentes com a exigência do financiamento público do transporte coletivo e contra os recursos despendidos nos estádios de futebol para a copa do mundo. Na Bolívia, os protestos partiram do descontentamento com o preço da água e do gás, serviços urbanos por excelência. Na Venezuela ocorreram protestos contra o aumento dos preços e pela falta dos produtos essenciais, bem como pelo explosivo aumento do valor do bilhete de ônibus. Em Istambul, a mobilização em defesa de um parque público se transformou em manifestações públicas contra o governo. Na Tunísia e na Líbia, os protestos contra o governo e a estrutura política mobilizaram a população urbana em larga escala, fato que também foi registrado no Egito.

Nas mais diferentes sociedades do mundo, o crescimento da urbanização permitiu alterações culturais e políticas que favoreceram o surgimento ou o retorno da democracia. Como observa Carmo (2012), na segunda metade do século passado, a expansão urbana na Europa Oriental e em alguns países da África e da América Latina foi acompanhada pelo fim de governos ditatoriais. É que a urbe é o espaço propício à democracia, o lugar da busca pelas liberdades, o centro dos enfrentamentos e das confrontações das contradições que colocam o povo nas ruas. É nesse sentido que o conceito de urbe retoma o pensamento dialético. Isso

quer dizer que o urbano, como forma e realidade, nada tem de harmonioso. Esse espaço reúne, como lembra Lefebvre (2002), os conflitos, inclusive os de classes.

O livro de Mélenchon também aborda uma preocupação relevante com a expansão extremista no mundo, quando trata do crescimento da extrema direita em diversos países da Europa e do seu avanço nas Américas e ainda ‘sobre as cinzas das recentes revoluções árabes’, o que leva o autor a identificar esse fato como algo deprimente, mas que se trata de apenas mais uma temporada. O atual momento é de sucesso para a extrema direita em todo o mundo e a mecânica que mina a ordem política atual não depende somente das circunstâncias políticas de cada estado, pois as razões que mantém os fundamentos direitistas são também mundiais. Porém, a primavera logo voltará. “A gente se desespera com a lentidão do curso das estações. Mas é inútil se desesperar. A primavera sempre vem. É um trabalho de paciência esperar as flores e os frutos” (p. 9. Tradução livre).

No livro, o autor ainda distingue três níveis de significação de ‘povo’. Primeiro, o povo é a multidão, o *homo urbanus* que é a população que aos milhões ocupam as cidades. Depois, o povo é o conjunto que se coloca em movimento em suas reivindicações. E finalmente, o povo é a rede que se constitui na ação e pela ação. São três estágios de uma mesma realidade.

“O povo existe quando se coloca em rede. Pessoas de todas as ruas, de todos os bairros, se revelam habitantes plenos por meio das relações urbanas que lhes aproximam, mesmo com a dispersão provocada pela imensidão da cidade. Elas são unidas pela vivência e pelas expectativas similares que diminuem bastante as diferenças de condição e de localização. [...] O povo é a multidão urbanizada que toma consciência dela mesma através das reivindicações comuns enraizadas nos problemas cotidianos” (p. 85. Tradução livre).

Numa concordância inicial com o pensamento marxista, o autor esclarece que ‘o povo’ não é, em sua obra, um rótulo social frouxo utilizado para reincluir exploradores e explorados, dominadores e dominados, como se todos fizessem parte de uma mesma categoria. Mas, em outro momento, diferindo do pensamento de Marx e Engels (1999), no qual a história de toda a sociedade até o presente moveu-se no interior de antagonismos de classes, Mélenchon afirma que a luta de classes é na verdade o efeito, e não a causa da história da sociedade. Para ele, a luta de classes surge como consequência da história e não como seu agente motriz. “A luta de classes para a repartição das riquezas só é possível a partir de um certo nível de desenvolvimento complexo da sociedade humana. E essa última tem como causa o número de seres humanos” (p. 129. Tradução livre).

O autor esclarece que na defesa da questão ecológica não pretende um consenso político de todas as categorias sociais, com base em uma comunhão unânime contra os estragos do produtivismo. Mas alerta que as causas da desordem máxima que avança sobre a civilização

humana podem ser vistas no caos que surge mecanicamente com a conjunção de três ingredientes: um sistema financeiro voltado para integrar progressivamente todas as atividades humanas sob uma exigência de rentabilidade que esgota o homem e a natureza; um sistema produtivo que detém os meios para subtrair tudo, ignorando as consequências do seu funcionamento sobre o ecossistema; e uma humanidade incapaz de se livrar das injunções publicitárias e do assédio ideológico. Como alternativas, duas propostas estão apresentadas ao mundo inteiro: o programa liberal e a socialdemocracia. Para os liberais, a produção é a condição que o mercado e a livre concorrência precisam para o seu domínio. A socialdemocracia, por seu lado, pretende corrigir as desigualdades que rasgam a sociedade partilhando os frutos do crescimento, porém, com um programa que aceita o crescimento sem limites. Ambos ignoram a centralidade da ameaça ao ecossistema e aceitam a lei de livre-mercado. E por fim, o autor conclui que o movimento democrático acolhe a participação conjunta e defende que a condição máxima ao desenvolvimento econômico e social é o estrito respeito à natureza. Assim, convoca os cidadãos e as instituições ao engajamento na questão ambiental, constituindo um movimento inclusivo e coletivo ao máximo possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO, E. **O Espaço Micropúblico**. Recife: Universitária, 2012.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÉLENCHON, J.-L. **L'Ère du Peuple**. Paris: Pluriel, 2017.

RECEBIDO EM : 10.04.2017

ACEITO EM : 03.10.2017